

DISCURSO, O ESPAÇO DO SUJEITO

DISCOURSE, THE SPACE OF THE SUBJECT

Antônio da Silva Campos Junior¹

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

RESUMO

Este texto trata da análise arqueológica do discurso como metodologia para a pesquisa nas ciências sociais. Seu objetivo consiste em inicialmente discorrer sobre a análise do discurso de Foucault, para em seguida descrever a arqueologia a partir da obra *A Arqueologia do Saber*, especificamente a introdução, o capítulo IV (“A descrição arqueológica”) e a conclusão. A arqueologia é o método que Foucault desenvolve para estudar as rupturas. Para compreendê-lo, são importantes os conceitos desenvolvidos a respeito do sujeito, do enunciado, do discurso, da formação discursiva e da regularidade como regra de dispersão. Na análise arqueológica o terreno de escavação é a linguagem, onde se sedimentam as camadas do discurso. Por essa razão, o sujeito que importa é aquele que expressa uma posição que possa ser ocupada por diferentes indivíduos. Para Foucault, esse sujeito constitui um espaço, assim, a arqueologia foucaultiana subtrai a imprevisibilidade do indivíduo livre. É o discurso que dá as condições para a emergência dos sujeitos, por essa formulação, o sujeito aparece não como instância de fundação, mas como efeito de uma constituição. A análise arqueológica tem por objetivo analisar a formação dos saberes, terreno onde a formação discursiva constitui uma regularidade que se estabelece às custas de regras. É a especificidade dessas regras que confere ao signo o seu valor de enunciado. Assim, o discurso se apresenta numa série de enunciados, que se apoiam numa mesma formação discursiva. A formação discursiva será definida pela descrição de um certo número de enunciados semelhantes, que constituem uma regularidade. Portanto, identificando-se entre enunciados uma regularidade tem-se uma formação discursiva. Assim, a arqueologia apresenta-se como uma crítica independente do sujeito racional, tendo no livro *A Arqueologia do Saber* a obra que, ao tratar das formações discursivas a partir das coisas que foram ditas, apresenta o método da análise arqueológica do discurso desenvolvido por Foucault.

Palavras-chave: Análise; Arqueologia; Discurso.

¹ Graduação em direito pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (1996), especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (2001), especialização em História da Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2003), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2006). Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo - USP (2022). Advogado - fevereiro de 1997. É professor (T40-DE) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0555-8659>. E-mail: junior.campos@professor.ufcg.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Arqueologia é o método de análise que Foucault desenvolve até a década de 1970 para estudar as rupturas da história em face de sua lecionada continuidade. Para compreendê-la é importante abordar o seu entendimento do sujeito, do enunciado, do discurso, da formação discursiva e da regularidade como regra de dispersão. A arqueologia foucaultiana observa a ordem onde ela parece não estar, assim, a sua análise ultrapassa o sujeito, o discurso, o enunciado.

As camadas organizadas do discurso constituem a linguagem, que é o terreno de escavação da análise arqueológica. Nessa escavação, a arqueologia tem no elemento enunciativo o seu principal objeto de análise. Para a descrição arqueológica o pesquisador deve realizar previamente procedimentos de investigação, a serem aplicados na realidade que objetiva analisar. Assim, só após a escavação, só a partir do que foi encontrado, poderá orientar a sua análise. Portanto, após o mapeamento e identificação dos achados arqueológicos é que poderá compreender o terreno escavado.

Este texto trata da análise arqueológica do discurso como metodologia para a pesquisa nas ciências sociais. Seu objetivo consiste em inicialmente discorrer sobre a análise do discurso de Foucault, para em seguida descrever a arqueologia a partir da obra *A Arqueologia do Saber*, especificamente, a introdução, o capítulo IV (“A descrição arqueológica”) e a conclusão.

Pelo exposto, Foucault desenvolve algumas categorias analíticas e procedimentos para empreender a análise arqueológica. Vejamos o sujeito na análise arqueológica de Foucault.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO DE FOUCAULT

Para a arqueologia, não é o sujeito que age ou pensa o que quer, não é aquele que se apresenta como um sujeito moral que importa. Nessa análise, o sujeito observado é aquele que expressa uma posição que possa ser ocupada por diferentes indivíduos. Para Foucault, esse sujeito constitui um espaço vazio que pode ser ocupado indistintamente. Assim, o sujeito vai existir como uma possibilidade que é posta pelo discurso, ele não é

um sujeito livre, pois é condicionado pelo discurso. Logo, para Foucault, o sujeito não existe fora do discurso, pois são os enunciados discursivos que possibilitam a sua existência. Essa construção depende de regras e circunstâncias. Logo, considerando que a posição do sujeito pode ser ocupada por distintos indivíduos, a possibilidade de ação é própria do sujeito e não do indivíduo.

Dessa forma, Foucault desenvolve uma crítica ao sujeito cartesiano, quando considera a constituição dos saberes e dos discursos sem se referir a um sujeito, que existe, mas como objeto constituído nas práticas subjetivas, por determinações que lhes são exteriores. Na arqueologia de Foucault, o sujeito é um espaço.

Não pode surpreender-nos, então, que seu pensamento tenha sido, frequentemente, qualificado de antiantropológico. Isto é certo em relação ao homem do humanismo e das ciências humanas, com a subjetividade cartesiana e da tradição fenomenológica; mas não o é a respeito do sujeito em geral (Castro, 2009, p. 407).

Da noção de sujeito do discurso, passemos para o discurso do sujeito. As relações desenvolvidas pelos sujeitos não dependem exclusivamente deles, posto que uma determinante importante nessas relações é o discurso, que é o espaço onde esses sujeitos figuram. Assim, a arqueologia foucaultiana desenvolve uma análise que subtrai a imprevisibilidade do indivíduo livre. A liberdade, na análise arqueológica, está relacionada aos enunciados do sujeito que ocorrem dentro de um determinado discurso.

Foucault se refere a uma maneira de pensar segundo a qual a finitude do homem (suas formas negativas, como a doença e a morte, porém também positivas, como o que conhece e faz) é concebida a partir da própria finitude, sem recorrer a Deus nem nenhuma outra forma de absoluto. Na analítica da finitude, o homem não é considerado nem criatura divina nem mera realidade natural (Castro, 2015, p. 36-37).

Consistindo o enunciado num conjunto de regras que possibilitam a existência das frases, o que os sujeitos podem falar é o que existe como possibilidade de fala dentro do próprio discurso, é o discurso que dá as condições para a emergência do sujeito falante. Na arqueologia, o sujeito consiste um espaço que pode ser ocupado por diferentes indivíduos a serem atravessados discursivamente. Logo, as possibilidades de fala estarão relacionadas aos outros sujeitos que figuram no mesmo discurso, pois são as relações

constitutivas que possibilitam a sua existência. São os sujeitos que ao se relacionarem produzem enunciados, e é essa comunicação enunciativa entre os sujeitos que possibilita a emergência do discurso.

Na arqueologia encontramos o sujeito atravessado pelo discurso e o discurso do sujeito em face de outros sujeitos. Foucault apresenta um sujeito que se funda nas regras que o possibilitam.

Foucault é conduzido a uma história das práticas nas quais o sujeito aparece não como instância de fundação, mas como efeito de uma constituição. Os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito (Castro, 2009, p. 408).

A análise arqueológica, ao procurar as condições de enunciação do discurso, despreza os universais antropológicos, seu objetivo consiste em determinar a positividade do saber e o regime discursivo da enunciação em cada formação discursiva, que por sua vez são determinadas pelo conjunto de práticas que possibilitaram a emergência de espaços para os sujeitos do discurso.

Estabelecida a noção do sujeito, vejamos a ‘formação discursiva’.

Quando a arqueologia se reporta sobre o que é o discurso e sobre o que é o sujeito, versa sobre dispersões, sobre enunciados que não necessariamente dialogam, fala de elementos que embora dispersos, apresentam uma regularidade que se identifica na formação discursiva. A análise arqueológica tem por objetivo a análise da formação dos saberes, sem diferenciar ciência de pré-ciência.

A formação discursiva é uma regularidade que se estabelece sobre certas regras, é uma regularidade consistida em enunciados possíveis de serem ditos. São as regularidades das formações discursivas que distribuem os enunciados entre os sujeitos, possibilitando a sua emergência no discurso. Assim, o que a formação discursiva possibilita com suas regras é a existência e a comunicação dessas posições. É a dispersão, como regra de multiplicação, que possibilita a emergência de diferentes enunciados, que coloca o discurso na contradição que opera entre a dispersão e a regularidade.

As especificidades dessas regras de articulação é o que confere ao signo o valor enunciado. Em última análise, podemos afirmar, ainda de

acordo com Foucault, que o discurso é uma série de enunciados, apoiados em uma mesma formação discursiva. É exatamente na formação discursiva que as escavações devem ocorrer (Alcantara; Carlos, 2013, p. 66).

A formação discursiva como um sistema de regularidade apresenta quatro possibilidades: a relacionada ao objeto do discurso; a dos conceitos do discurso; a dos modos de enunciação e a possibilidade que partindo da hipótese de um discurso estabelecido, as regularidades acontecem através das estratégias discursivas, dos temas, das teorias. Essas estratégias, são possibilidades que estão sobre as regras que viabilizarão o seu aparecimento e a sua dispersão. São as regras que permitem a dispersão dos objetos, dos conceitos, dos modos de enunciação, das teorias.

A descoberta dessas regras, que disciplinam objetos, tipos enunciativos, conceitos e temas, caracteriza o discurso como regularidade e delimita o que Foucault chama de "formação discursiva". Um sistema de regras de formação determina uma "formação discursiva". Em suma, um discurso, considerado como dispersão de elementos, pode ser descrito como regularidade e, portanto, individualizado, descrito em sua singularidade, se suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis (Machado, 1981, p. 163).

A formação discursiva se define pela descrição de um certo número de enunciados semelhantes, distribuídos por regras, escolhas temáticas e das estratégias definidoras de uma regularidade. Assim, identificando-se entre enunciados uma regularidade, se tem uma formação discursiva. É esse conjunto de regras que operam na dispersão dos enunciados e dos sujeitos, que possibilita a regularidade da formação discursiva. Assim, a materialidade discursiva estará naquilo que pode ser dito e delimitado pelas palavras que podem ser ditas.

Dada a qualidade das formações discursivas, vejamos o enunciado.

O enunciado é uma função de existência.

Para Foucault, o enunciado não se constitui como uma estrutura, é uma função de existência que pertence ao signo, ponto de onde se inicia a análise. Assim, é após o estabelecimento do signo, é depois do estabelecimento das regras do enunciado que se tem as frases que podem ser analisadas. Este é o movimento constitutivo do discurso.

É depois de constatadas as regras do enunciado que aquilo que emerge destas regras pode ser analisado como algo que tem sentido dentro do discurso. É depois dessa condição de possibilidade de existência dada pelo discurso que haverá análise do enunciado dito. Essa análise depende dos conceitos utilizados, das estratégias discursivas e dos modos de enunciação adotados, devendo ser considerado, também, como o objeto é formado dentro do discurso. Assim, são as regras do discurso que estabelecerão os diferentes espaços na formação discursiva.

Ademais, todo enunciado deve ser entendido como um acontecimento irrepitível na ordem do discurso analisado, estar sob o regime de materialidade repetível. Assim, por mais que tenhamos o mesmo enunciado sendo proferido por diversos autores no espaço e no tempo, independentemente do percentual de vezes em que ele se repete, haverá igual número de enunciações distintas, visto que, embora os enunciados tenham uma singularidade própria, eles aparecem na ordem discursiva com um *status*, entre em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a modificações possíveis, integra-se em estratégias nas quais sua identidade se mantém ou se paga (Faheina, 2020, p. 6).

O enunciado é uma função de existência que pertence aos signos. É a partir dos signos, segundo regras, que se inicia a análise arqueológica. Do signo ao enunciado, que não é uma unidade linguística, mas uma função que cruza o domínio das estruturas e das unidades, possibilitando suas existências e concretude de conteúdo no tempo e no espaço. Esse signo concreto não é o enunciado, o enunciado consiste a sua função de existência, é essa função que cruza os diferentes signos.

O enunciado não prescinde de sua materialidade, isto é, do nível de sua existência, que não se trata de uma existência empírica: uma gravação, uma fotografia, desenho, texto etc. Os enunciados circulam nos textos, nas falas, nos livros, entre autores e campos de saberes. Os textos ou obras seriam, no máximo, um nó em uma rede, que é muita mais complexa, pois o discurso está situado em todos os lugares. Diante disso, a necessidade que se coloca diante da pesquisa que pretende analisar arqueologicamente um enunciado é de percorrer essa diversidade documental, visando apreender as regularidades presentes na dispersão do discurso investigado, no terreno da linguagem (Alcantara; Carlos, 2013, p. 67).

Descrever o enunciado não é fazer um corte no tempo e relacionar palavras em regras sintáticas, consiste em definir as condições pelas quais se realizou a função enunciativa, nas quais ela possibilita uma série de signos. O enunciado é observado a partir daquilo que dá condição dele existir.

Como se vê, embora o discurso-enunciado esteja implicado à existência do signo, pelo fato de o aparecimento do primeiro não poder acontecer sem o segundo, eles são distintos. Em outros termos, a evidência de que o signo é uma condição de possibilidade ineliminável do vir a ser do discurso-enunciado não elide o fato de que, embora implicado, eles têm a mesma natureza, isto é, não são feitos e constituídos do mesmo modo e pelos mesmos elementos (Carlos, 2017, p. 186).

Partindo da compreensão do enunciado, vejamos uma síntese. O que é o discurso? O discurso é um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva, é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência e um conjunto de condições de exercício da função enunciativa. O discurso constitui-se num conjunto de enunciados, na medida em que se pode pensá-lo como algo no nível de constituição da realidade. É assim que a arqueologia apresenta-se, como uma crítica que opera independentemente do sujeito racional.

Na lição de Revel (2005), o discurso designa um conjunto de enunciados que, mesmo obedecendo a regras comuns, podem pertencer a campos diferentes. Essas regras reproduzem as cisões históricas, a exemplo da separação entre razão e loucura. O discurso disposto desta forma coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por intermédio da produção de saberes. Assim, em sua análise arqueológica, Foucault substitui o par língua/fala pelo par discurso/linguagem, onde o discurso se constitui como resistência à ordem da linguagem.

Na arqueologia de Foucault, o discurso consiste um conjunto de fatos linguísticos que possibilitam a objetivação dos sujeitos pelos saberes científicos. No nível de sua positividade não é uma língua, mais um sujeito que fala, é uma prática que tem formas particulares. Para Foucault o termo discurso coloca a questão das regras da descrição arqueológica.

3 A ARQUEOLOGIA DO SABER

O livro *A Arqueologia do Saber*, de Foucault, trata primordialmente das formações discursivas a partir das condições das coisas ditas, trata das regras da análise arqueológica e da compreensão do enunciado como um acontecimento. Nessa obra, Foucault, objetivando a repetição dos discursos, aplica a noção de descontinuidade na análise dos enunciados e das formações discursivas. *A Arqueologia do Saber*, ao desenvolver a categoria da descontinuidade, desantropologiza a história.

Nas análises arqueológicas trata-se sempre de análises de discursos. Isto à primeira vista pode parecer não conter novidade mesmo porque já assinalamos a relação explícita dos trabalhos de Michel Foucault com a história das ideias e das ciências. Mas a novidade está justamente na maneira como os discursos são tematizados (Machado, 1981, p. 161).

A análise dos níveis do discurso mostra em que sentido Foucault, na *Arqueologia do Saber*, referiu-se ao discurso ao falar de relações discursivas ou de regularidades discursivas. Na análise arqueológica foucaultiana, as regras que caracterizam um discurso como individualidade se apresentam como um sistema de relações. São as relações entre os objetos, entre os tipos enunciativos, entre os conceitos e entre as estratégias que possibilitam a passagem da dispersão à regularidade. Na *Arqueologia do Saber*, ao examinar os problemas metodológicos, Foucault estabelece suas categorias de análise e consolida um projeto teórico. Assim, é importante estudá-la a partir de seus objetos, o discurso, o enunciado e o saber (Machado, 1981).

Houve um tempo em que a arqueologia tendia para a história, nesses dias, observa-se que é a história que tende a arqueologia. Assim, Foucault (2016) indaga: “para que serve esta análise que batizei de ‘arqueologia’? Que pode então esta “arqueologia” oferecer que outras descrições não sejam capazes de dar? Em que a análise arqueológica se distingue? Quais as particularidades da análise arqueológica?”

Considerando que entre a análise arqueológica e a história das ideias os pontos de demarcação são numerosos, a sua descrição consiste, primeiro, numa crítica à história das ideias. A arqueologia procura definir não os pensamentos nos discursos, mas estes discursos enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não procura descobrir a transição

contínua e insensível que liga os discursos àquilo que os precede, pois o seu problema é definir os discursos na sua especificidade, sem que, para isso, tenha que recorrer à função da figura soberana da obra, pois a obra não é para a arqueologia um recorte pertinente à sua análise do discurso (Foucault, 2016).

A arqueologia expressa uma descrição sistemática de um discurso-objeto. Assim, a sua análise não procura restituir o que pôde ser pensado pelos homens no próprio instante em que proferiram o discurso. Ela não define os pensamentos, as representações, os temas que se velam ou se manifestam nos discursos. A análise arqueológica objetiva definir os discursos como práticas que obedecem a regras.

Não trata o discurso como ‘documento’, como sinal de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente mas cuja opacidade importuna é, muitas vezes, necessário atravessar para atingir enfim, lá onde se mantém reservada, a profundidade do essencial; confrontando-se com o discurso no seu volume próprio, a título de ‘monumento’. Não é uma disciplina interpretativa: não procura um ‘outro discurso’ mais oculto. Recusa-se a ser ‘alegórica’ (Foucault, 2016, p. 187-188).

A arqueologia procura pôr em evidência a regularidade de uma prática discursiva. Para isso, devemos distinguir entre a analogia linguística, a identidade lógica e a regularidade enunciativa. É destas homogeneidades que ela se ocupa, é a sua descrição que se confronta com essas práticas discursivas. A arqueologia pode passar por cima de campos semânticos, e caso reconheça uma certa regularidade enunciativa, ela pode constituir a árvore de derivação de um discurso para assim descrever as derivações arqueológicas. Para certas formações discursivas a ordem arqueológica difere da ordem sistemática, pois a primeira define seu próprio recorte temporal.

Para a análise arqueológica, as contradições não são nem aparências a superar, nem princípios secretos que seria necessário surpreender. A sua análise não consiste numa oposição às teses fundamentais, pois mostra como as afirmações têm o seu lugar. Tomando as contradições como objetos a descrever, a análise arqueológica não tenta descobrir em seu lugar uma forma ou uma temática comum, mas tenta determinar a medida e a forma do seu desvio, descrevendo os diferentes espaços de dissensão.

Uma descoberta não é menos regular, do ponto de vista enunciativo, que o texto que a repete e a difunde; a regularidade não é menos operante, não é menos eficaz e ativa, numa banalidade que numa formação insólita (Foucault, 2016, p. 194).

São as contradições que são arqueologicamente derivadas. Para a descrição arqueológica, as contradições “extrínsecas” constituem o *terminus a quo*, enquanto as contradições “derivadas” constituem o *terminus ad quem* da análise. Entre os dois extremos, a análise arqueológica descreve as contradições “intrínsecas”. São as “oposições intrínsecas” que são pertinentes para a análise. Para Foucault, uma contradição arqueologicamente intrínseca não é um fato puro e simples, que bastaria ser constatado como se fosse um princípio ou explicado como se fosse um efeito.

A análise arqueológica levanta o primado de uma contradição que tem o seu modelo na afirmação e na negação simultânea de uma só e mesma proposição.

Uma contradição arqueologicamente intrínseca não é um fato puro e simples que bastaria constatar como um princípio ou explicar como um efeito. É fenômeno complexo que se reparte por diferentes planos da formação discursiva (Foucault, 2016, p. 204).

Ao procurar configurações singulares, a análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas. Assim, o seu estudo é sempre no plural. O horizonte do qual se ocupa é um emaranhado de interpositividades, donde se procede a uma análise comparativa que se destina a repartir a sua diversidade por figuras diferentes. A comparação arqueológica tem um efeito multiplicador.

O que a arqueologia quer liberar é o jogo das analogias e das diferenças, conforme apareçam ao nível das regras de formação, o que implica tarefas distintas, como mostrar entre formações diferentes os isomorfismos arqueológicos; definir o modelo arqueológico de cada formação; mostrar como conceitos diferentes são dotados de isotopia arqueológica; mostrar como uma só noção pode abranger dois elementos arqueologicamente distintos; indicar os desfasamentos arqueológicos e estabelecer as correlações arqueológicas (Foucault, 2016).

A arqueologia destaca entre as formações discursivas e os domínios não discursivos, as relações discursivas. Perante um conjunto de fatos enunciativos, ela tenta

determinar como as regras de formação ligam-se a sistemas não discursivos. Ela procura definir as formas específicas de articulação. A arqueologia situa a sua análise num outro nível: os fenômenos de expressão. É assim que a sua descrição dos discursos desenrola-se na dimensão de uma história geral.

O que objetiva a descrição arqueológica ao focar a mudança? A derivação arqueológica não reproduz a ordem das sucessões, ela define as regras de formação de um conjunto de enunciados, analisa o grau e a forma de permeabilidade de um discurso. A arqueologia não nega a possibilidade de enunciados novos, a sua tarefa é mostrar em que condições pode haver entre eles uma correlação (Foucault, 2016).

Nem todas as regras de formação atribuídas pela arqueologia a uma positividade têm a mesma generalidade. A ramificação das regras de formação mostra o entrecruzamento das relações necessariamente sucessivas com outras que não o são, e assim identifica os vetores temporais de derivação. Por consequência, a arqueologia não trata como simultâneo o que se dá como sucessivo. Devemos, para constituir uma história arqueológica do discurso, desembaraçarmo-nos de dois modelos: o modelo linear do ato da fala em que todos os acontecimentos se sucedem uns aos outros e o modelo do fluxo da consciência. Então, o discurso, tal como a arqueologia o analisa, não é uma língua, mas um sujeito que fala.

A arqueologia fala de cortes, falhas, fendas, vazios, de formas novas de positividade e de redistribuições súbitas. Toma por objeto da sua descrição aquilo que é em geral considerado como um obstáculo, para distinguir, na própria espessura do discurso, vários planos de acontecimentos possíveis. Estes acontecimentos são para a arqueologia os mais importantes. O seu problema é medir e tentar explicar, como pode existir tais permanências ou repetições, como longos encadeamentos ou curvas que cruzam o tempo.

A arqueologia não considera o contínuo. Para ela, o idêntico e o contínuo não são o que deve descobrir-se no termo da análise, mas também, não se trata de atribuir ao descontínuo o papel até agora concedido à continuidade. A análise dos cortes arqueológicos tem por propósito estabelecer analogias, diferenças, hierarquias, complementariedades, coincidências e desfasamentos, em síntese, descrever a dispersão

das próprias continuidades. Quando se descreveu o corte arqueológico que deu lugar à filologia, à biologia e à economia, tratava-se de mostrar como estas três positivities estavam ligadas (Foucault, 2016).

Existem desfasamentos importantes entre as diferentes rupturas arqueológicas que desarticulam a sincronia dos cortes. A idade clássica, mencionada nas análises de Foucault não é uma figura temporal que imponha a sua unidade a todos os discursos; é o nome que podemos dar a um novelo de continuidades e de descontinuidades, de formações discursivas que aparecem e desaparecem. A “ruptura” é para a arqueologia a finalidade das suas análises (Foucault, 2016).

Qual a relação da arqueologia com a análise das ciências? Quais podem ser o lugar e o papel de uma região de cientificidade no território arqueológico? A arqueologia, sob os termos de “formação discursiva” e de “positividade”, descreve disciplinas que não são efetivamente ciências. Desse modo, compreende que seja necessário distinguir os “domínios científicos” dos “territórios arqueológicos”.

A prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar lugar; e o saber que forma não é nem o esboço rugoso nem o subproduto quotidiano de uma ciência constituída. As ciências – pouco importa de momento a diferença entre os discursos que têm uma presunção ou um estatuto de cientificidade e os apresentam realmente os seus critérios formais – aparecem no elemento de uma formação discursiva e sobre o fundo de saber (Foucault, 2016, p. 238).

Os territórios arqueológicos podem atravessar textos. Assim, em sua análise, em vez de definir entre os dois termos de uma relação de exclusão ou de subtração, deve mostrar positivamente como uma ciência se inscreve e funciona no elemento do saber. A repartição no tempo destes limiares, constitui para arqueologia um dos seus domínios maiores de exploração. O que se tenta desnudar são as práticas discursivas na medida que dão lugar a um saber e na medida em que esse saber assume o estatuto e o papel de ciência.

Poderíamos conceber uma análise arqueológica que fizesse aparecer a regularidade de um saber, mas não se propusesse a analisá-lo na direção das figuras epistemológicas e das ciências? A análise arqueológica teria um outro fim, mostraria que



os interditos, as exclusões, os limites, as transgressões, todas as suas manifestações, verbais ou não, estão ligadas a uma prática discursiva determinada.

A descrição da episteme apresenta, portanto, vários caracteres essenciais: abre um campo inesgotável e não pode ser nunca encerrada; não tem por fim reconstituir o sistema de postulados a que obedecem todos os conhecimentos de uma época, mas percorrer um campo indefinido de relações. Acresce que a episteme não é uma figura imóvel que, aparecida um dia, seria chamada a apagar-se de modo igualmente brusco: é um conjunto indefinidamente móvel de censuras, de desfasamentos, de coincidências que se estabelecem e se desfazem (Foucault, 2016, p. 247-248).

A arqueologia ocupa-se das ciências, mas é exclusivamente uma análise dos discursos científicos. O que ela tenta descrever não é a ciência na sua estrutura específica, mas o domínio do “saber”. A título de exemplo, a região mais aberta à descrição arqueológica é a Idade Clássica, mas apenas como ponto preferencial de abordagem; não se trata de um domínio obrigatório para a arqueologia.

4 CONCLUSÃO

Depois de opor a sua descrição, sobretudo a história das ideias, a arqueologia não foi apresentada como ciência, pois ela não é uma investigação da origem, assim, como uma espécie de fenomenologia histórica, ela trata de libertar a história da fenomenologia.

O termo arqueologia designa uma das linhas de abordagem da análise das performances verbais, destacando na constituição do arquivo, o enunciado, o jogo dos conceitos e o regime das regras de formação e de derivação, que constituem e estabelecem suas normas no saber arqueologicamente descrito. A arqueologia tenta estabelecer, para definir as condições da realização dos enunciados, as regras de formação. Acresce que as descrições arqueológicas articulam-se noutras disciplinas, cruzando questões e “espaços correlativos”.

A arqueologia situa-se entre os tantos discursos já constituídos, fazendo surgir, com o arquivo, as formações discursivas, as positivities, os enunciados e as suas condições de formação, enfim, um domínio específico. É possível que a arqueologia nada

mais faça além de desempenhar o papel de um instrumento, que permita articular a análise das formações sociais e as descrições epistemológicas.

Foi em torno da Revolução Francesa que Foucault concentrou as suas análises, a arqueologia é o nome dado a uma parte desta conjuntura teórica.

Este texto tratou da análise arqueológica do discurso como metodologia para a pesquisa nas ciências sociais. Seu objetivo inicial de discorrer sobre a análise do discurso restou cumprido, nas sínteses que expuseram a forma particular como Foucault trata o sujeito e da importância da formação discursiva e do enunciado para o discurso, na sequência descrevemos a arqueologia como um método de análise, tomando como fonte a obra *A Arqueologia do Saber*. Assim, conforme os objetivos propostos, restou explícito que Foucault não interpreta os documentos, sua arqueologia correlaciona os enunciados de um arquivo para encontrar uma ordem discursiva.

ABSTRACT

This text deals with the archaeological analysis of discourse as a methodology for research in the social sciences. Its aim is initially to discuss Foucault's discourse analysis, and then to describe archaeology from the work *The Archaeology of Knowledge*, specifically the introduction, chapter IV ("The archaeological description") and the conclusion. Archaeology is the method that Foucault develops to study ruptures. In order to understand it, the concepts developed regarding the subject, the utterance, discourse, discursive formation and regularity as a rule of dispersion are important. In archaeological analysis, the excavation site is language, where the layers of discourse are laid down. For this reason, the subject that matters is the one that expresses a position that can be occupied by different individuals. For Foucault, this subject constitutes a space, so Foucauldian archaeology subtracts the unpredictability of the free individual. It is discourse that provides the conditions for the emergence of subjects, and through this formulation, the subject appears not as an instance of foundation, but as the effect of a constitution. The aim of archaeological analysis is to analyze the formation of knowledge, where discursive formation constitutes a regularity that is established at the expense of rules. It is the specificity of these rules that gives the sign its value as an utterance. Discourse is thus presented in a series of statements, which are based on the same discursive formation. The discursive formation will be defined by the description of a certain number of similar statements, which constitute a regularity. Therefore, if you identify a regularity between statements, you have a discursive formation. Thus, archaeology presents itself as an independent critique of the rational subject, and the book *The*



Archaeology of Knowledge is the work that, in dealing with discursive formations based on the things that have been said, presents the method of archaeological discourse analysis developed by Foucault.

Keywords: Analysis; Archaeology; Discourse.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Angelus Miranda de; CARLOS, Erenildo João. Análise arqueológica do discurso: uma alternativa de investigação de jovens e adultos (EJA). *Intersecções*, São Paulo, ed. 11, a. 6, n. 3, p. 59- 75, novembro, 2013.

CARLOS, Erenildo João. Achados sobre a noção arqueológica do discurso em Foucault. *Dialectus*, a. 4, n. 11, p. 176-191, ago./dez. 2017.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FAHEINA, Evelyn Fernandes Azevedo. O pensamento arqueológico de Michel Foucault sobre materialidade e referencial. *Conjecturas: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 25, p. 1-11, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Lisboa: Edições 70, 2016.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.